



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PREVISIONAL

ANO DE 2022

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS (FPAS)

Proibida a Impressão e a Divulgação Documento

ÍNDICE

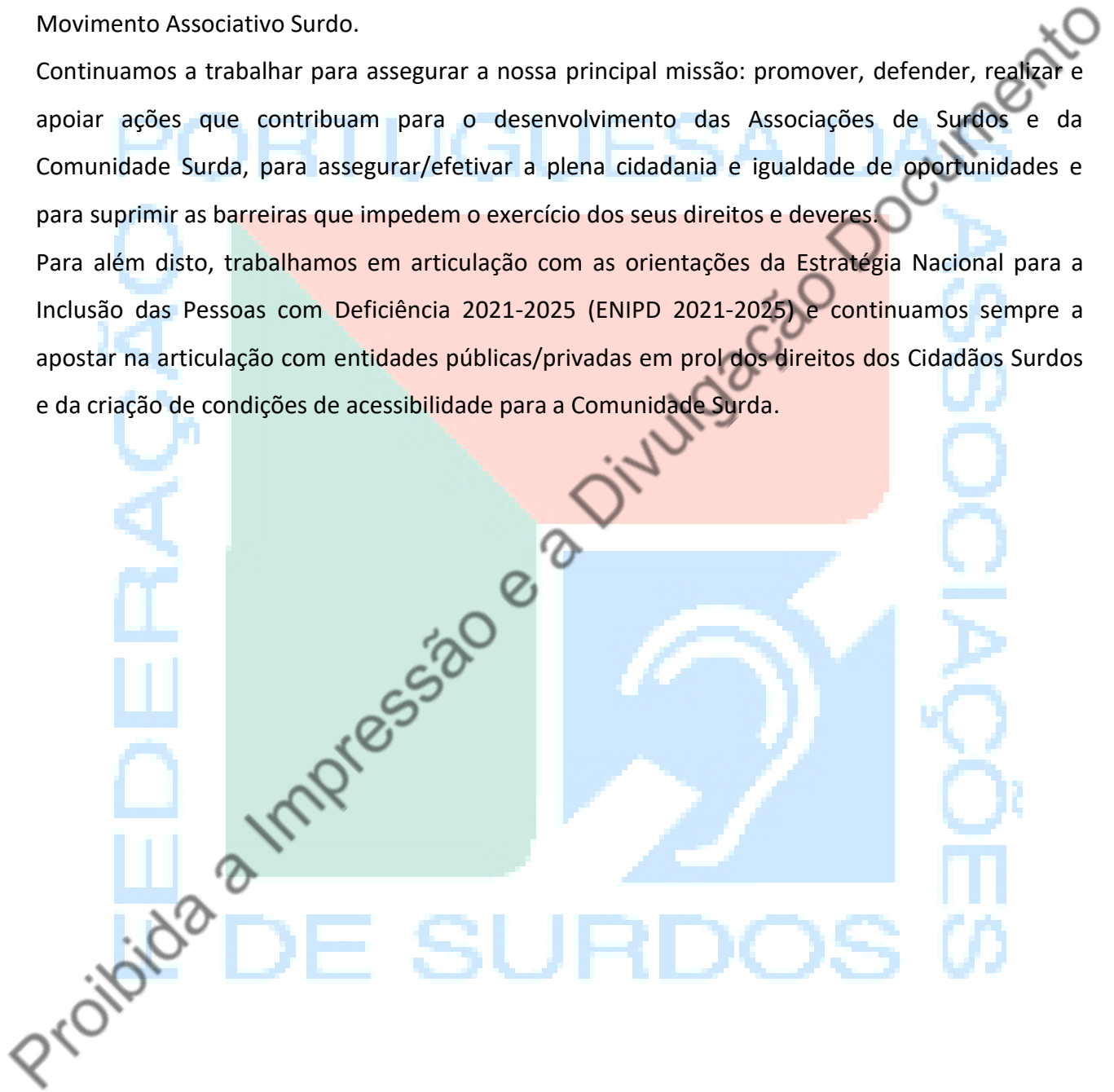
INTRODUÇÃO	2
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA FPAS	3
CENTRO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (CAD-FPAS)	3
SERVIÇO DE CALL-CENTER DA FPAS	3
ATIVIDADES/INICIATIVAS	4
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS SURDAS (CDHPS-FPAS)	5
COMISSÃO NACIONAL DE JUVENTUDE SURDA (CNJS-FPAS)	6
DEPARTAMENTO LGBTQ+ (FPAS)	7
COMISSÃO PARA A DEFESA DA LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA (CDLGP)	8
ASSOCIAÇÕES FILIADAS	9
ASSOCIAÇÕES NÃO FILIADAS	10
ENTIDADES GOVERNAMENTAIS	11
INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, IP	16
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP	17
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP	18
PROTOCOLOS PARCERIAS	19
ACESSIBILIDADE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO	20
CULTURA ARTE	21
INTÉRPRETES DE LÍNGUA GESTUAL	22
REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
ANEXO I – ORÇAMENTO PREVISIONAL	25

INTRODUÇÃO

O presente documento pretende fazer uma apresentação das atividades previstas pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) para o próximo ano, mantendo sempre em mente os objetivos e estratégias estabelecidas em prol dos direitos/interesses de todas as Pessoas Surdas e articulando com as Associações de Surdos Filiadas e Não Filiadas para promover a união do Movimento Associativo Surdo.

Continuamos a trabalhar para assegurar a nossa principal missão: promover, defender, realizar e apoiar ações que contribuam para o desenvolvimento das Associações de Surdos e da Comunidade Surda, para assegurar/efetivar a plena cidadania e igualdade de oportunidades e para suprimir as barreiras que impedem o exercício dos seus direitos e deveres.

Para além disto, trabalhamos em articulação com as orientações da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025) e continuamos sempre a apostar na articulação com entidades públicas/privadas em prol dos direitos dos Cidadãos Surdos e da criação de condições de acessibilidade para a Comunidade Surda.



SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA FPAS

Os serviços administrativos da FPAS funcionam em dias úteis (09h00-13h00 e 14h00-18h00), sendo compostos por três funcionários: um Gestor Financeiro/Administrativo, uma Técnica Social/Administrativa e uma Intérprete de LGP. Sob a coordenação da Direção, os funcionários asseguram o serviço diário da FPAS que inclui diversas funções, nomeadamente articulação/contactos com várias entidades, resposta a correspondência, articulação sobre os acordos/protocolos de cooperação da FPAS, articulação sobre os pedidos serviços de interpretação, desenvolvimento dos projetos/atividades da FPAS, entre outros. Funciona também o Skype da FPAS (fpas_portugal), através do qual as Pessoas Surdas podem contactar para esclarecimento de dúvidas/questões.

CENTRO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO (CAD-FPAS)

Continua a desenvolver-se o Centro de Arquivo e Documentação (CAD-FPAS), uma vez que continuamente vamos recolhendo e organizando os recursos que nos chegam nas áreas ligadas à Pessoa Surda, à Comunidade Surda, à Língua Gestual, entre outras.

SERVIÇO DE CALL-CENTER DA FPAS

Continuamos a disponibilizar o serviço de call-center através do qual está disponível um/a Intérprete de LGP para atendimentos de interpretação à distância. Este serviço funciona de 2ª a 6ª feira, no horário útil de funcionamento da FPAS (caso haja serviços externos, a atividade deste serviço ficará em modo suspenso até que o Intérprete de LGP volte a estar disponível). Este serviço está também disponível para as Associações Filiadas na FPAS, que poderão fazer marcações com o/a Intérprete de LGP para reuniões com instituições externas, para eventos, para conferências, entre outros. Nestes casos, pede-se que a Associação Filiada envie um e-mail para a FPAS com a devida antecedência, de forma a podermos verificar se existe disponibilidade de Intérprete de LGP (internos) para assegurar o serviço pedido.



Serviço de Call-Center para Pessoas Surdas



 Call-Center da FPAS	Intérprete disponível (enviar o nome e o local que quer contactar)
 Call-Center da FPAS	Intérprete presente mas ocupada (deverá aguardar que fique verde)
 Call-Center da FPAS	Intérprete em serviços exteriores (o serviço está fechado)

 ID SKYPE: call_centerfpas

ATIVIDADES/INICIATIVAS

Para o próximo ano, estamos a planear realizar diversas **atividades/iniciativas** no âmbito da comemoração de algumas datas importantes para a Comunidade Surda, nomeadamente:

- ❖ Dia do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (22 de janeiro)
- ❖ Dia do Docente de Língua Gestual Portuguesa (07 de março)
- ❖ Dia Nacional da Educação de Surdos (23 de abril)
- ❖ Dia Internacional das Línguas Gestuais (23 de setembro)
- ❖ Dia Nacional do Surdo (24 de setembro)
- ❖ Dia Mundial do Surdo (último domingo de setembro)
- ❖ 5º Aniversário da Comissão para a Defesa da Língua Gestual Portuguesa (08 de outubro)
- ❖ Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa (15 de novembro)
- ❖ Aniversário da FPAS (20 de dezembro)

A FPAS quer continuar a promover **ações/workshops** sobre temas que possam abranger várias áreas de atuação relacionadas com os direitos/interesses da Comunidade Surda e a participação enquanto cidadãos ativos de pleno direito: Saúde, Surdos Seniores, Educação, Emprego/Formação, Intérpretes de Língua Gestual, Movimento Associativo Surdo, entre outros. Iremos ter em consideração o desenvolver da situação de pandemia e adequar as atividades conforme as condições atuais (caso seja necessário, poderá voltar a apostar-se em atividades através de videoconferência e de webinar online, que permitam assegurar o distanciamento social e, conseqüentemente, a participação de mais pessoas de forma segura).

Uma das metas será também a atualização do funcionamento/estrutura do **website institucional** da FPAS, no sentido de informar e sensibilizar da forma mais objetiva e clara.

No ano de 2022, a FPAS vai trabalhar no sentido de serem cumpridas as **resoluções do VIII Congresso Nacional das Pessoas Surdas e do Projeto-Lei da LGP**, articulando com as entidades governamentais, grupos parlamentares e outras entidades públicas.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS SURDAS (CDHPS-FPAS)

O CDHPS-FPAS integra a estrutura da FPAS e, tal como nos anos anteriores, revela-se a importância insubstituível e potencial do CDHPS-FPAS para defender os direitos e interesses gerais das Pessoas Surdas e do Movimento Associativo representativo da Comunidade Surda. Para cumprir os seus objetivos, o CDHPS-FPAS pretende manter a continuidade das linhas fundamentais desenvolvidas ao longo dos anos anteriores. Consequentemente, o CDHPS-FPAS continua a cumprir o seu mandato regulamentar atribuído no acompanhamento, aconselhamento e monitorização da implementação dos direitos das Pessoas Surdas em diversos aspetos de vida quotidiana, principalmente os direitos linguísticos, a partir do paradigma dos direitos humanos tutelados pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência enquanto elemento norteador da atuação do CDHPS-FPAS.

Assim, eis as linhas fundamentais da atuação do CDHPS-FPAS para o próximo ano:

- 1) Atualização do funcionamento/estrutura do website institucional e das redes sociais do CDHPS-FPAS, no sentido de informar e sensibilizar da forma mais objetiva e clara sobre a temática dos direitos humanos.
- 2) Promover, na medida do possível, em articulação com FPAS, as ações de esclarecimento sobre a temática dos direitos das Pessoas Surdas e demais temas considerados relevantes.
- 3) Divulgar e consciencializar a importância do papel do CDHPS-FPAS especialmente nas gerações mais jovens no sentido de se poder conhecer e defender os seus direitos inerentes.
- 4) Participar e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Mecanismo Nacional da Monitorização de Implementação da CDPD (Me-CDPD) e pela Comissão das Políticas para a Inclusão das Pessoas com Deficiência.
- 5) Colaborar e participar nas ações desenvolvidas pela Comissão para a Defesa da Língua Gestual Portuguesa (CDLGP).

Sempre que necessário, o CDHPS-FPAS colabora com a FPAS na medida de suas competências estatutárias, nas diversas atuações consideradas relevantes na defesa e promoção da Língua Gestual Portuguesa e dos direitos das Pessoas Surdas em geral, bem como apoiando e aconselhando a FPAS nas suas atuações perante demais entidades competentes em geral.

COMISSÃO NACIONAL DE JUVENTUDE SURDA (CNJS-FPAS)

Fazendo parte da estrutura da FPAS, a CNJS-FPAS tem como fins a defesa e promoção da coesão comum do movimento juvenil surdo, bem como a promoção e valorização da juventude surda, pelo que as atividades desenvolvidas deverão seguir no mesmo sentido dos fins mencionados.

A CNJS-FPAS pretende continuar o seu trabalho de consolidação dos departamentos juvenis já existentes em algumas Associações (independentemente de serem filiadas ou não à FPAS), bem como acompanhar o processo de criação dos mesmos, quando não existentes.

Quanto à defesa da juventude surda, a CNJS-FPAS tem como objetivos fomentar a motivação dos jovens surdos quanto ao seu sentido comunitário de maneira que valorizem a Comunidade Surda ao mesmo nível que valorizam o seu individualismo, e sensibilizar a sociedade quanto ao contexto da Pessoa Surda, nomeadamente os Jovens Surdos.

A CNJS-FPAS pretende também promover eventos/iniciativas/atividades para que os Jovens Surdos possam ter esta oportunidade de convívio e estar inseridos num ambiente completamente familiar e com todas as portas abertas para conviverem e trocarem conhecimentos entre si, tanto a nível nacional como internacional.

Uma das metas será também a atualização do funcionamento/estrutura do website institucional do CNJS-FPAS, no sentido de informar e sensibilizar da forma mais objetiva e clara.

No próximo ano, está previsto realizarem-se eleições para a CNJS-FPAS.

DEPARTAMENTO LGBTQ+ (FPAS)

O Departamento LGBTQ+ da FPAS foi criado com o objetivo de desenvolver sensibilização, workshops, formação e encontros diversos, sendo promovida a Língua Gestual Portuguesa (LGP) como comunicação privilegiada em prol da Comunidade Surda LGBTQIA+.

O próximo ano irá marcar o início efetivo das funções desta equipa e, neste sentido, estão planeadas algumas atividades durante o ano (primeiramente terão de se contactar as instituições relacionadas a nível nacional e internacional):

- Fim de Semana para Pessoas Surdas LGBT poderem experienciar diferentes vivências;
- Marcha Orgulho para dar mais visibilidade à Comunidade Surda LGBT;
- Acampamento REDE EX AEQUO para os Jovens Surdos LGBT;
- Entrevistas para partilhar conhecimentos/histórias;
- Workshops para as Pessoas Surdas participarem (sobre diferentes temas como VIH/SIDA, Educação Sexual, ...);
- Realização de vídeos de 3 minutos nas redes sociais;
- Articular com associações/escolas para sensibilização;
- Documentário 2023 com o objetivo de divulgar sobre histórias das Pessoas Surdas em Portugal;
- Outros eventos como voluntariado e outros;

COMISSÃO PARA A DEFESA DA LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA (CDLGP)

Esta Comissão engloba a FPAS, a Associação Portuguesa de Surdos (APS), a Associação de Surdos do Porto (ASP), a Associação de Profissionais de Lecionação de Língua Gestual (AFOMOS), a Associação Nacional e Profissional da Interpretação - Língua Gestual (ANAPI-LG), a AFAS - Associação de Famílias e Amigos dos Surdos, o Centro de Direitos Humanos das Pessoas Surdas (CDHPS-FPAS) e a Comissão Nacional de Juventude Surda (CNJS-FPAS).

A CDLGP começou por definir áreas de intervenção urgentes: a defesa geral da LGP; a regulamentação do Decreto-Lei n.º 3/2008, a criação do Grupo de Recrutamento para a Docência da LGP e a regulamentação da profissão de Intérprete de LGP. Desde então, tem trabalhado com estes e outros objetivos, desempenhando um papel de consciencialização para entidades públicas/privadas.

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Enquanto entidade representativa da Comunidade Surda, a FPAS tem como missão promover/defender/realizar/apoiar ações que contribuam para o desenvolvimento das Associações de Surdos e da Comunidade Surda, no sentido de assegurar/efetivar a plena cidadania e a igualdade de oportunidades, de suprimir as barreiras que impedem o exercício dos seus direitos e deveres e de contribuir para a qualidade de vida de todas as Pessoas Surdas.

Nesta perspetiva, o acompanhamento e articulação com as Associações Filiadas faz parte do nosso trabalho diário, para que fortaleçam as suas estruturas, as suas competências e a sua autonomia. Continuamos a promover o apoio/comunicação com as nossas Filiadas, divulgando informação relevante aos vários níveis e articulando sempre que necessário (presencialmente/à distância).



ASSOCIAÇÕES NÃO FILIADAS

Enquanto membros do Movimento Associativo Surdo, não podemos esquecer também o papel de todas as Associações de/para Surdos e, nesse sentido, mantemo-nos sempre em articulação com as diversas Associações Não Filiadas, porque só a união e coesão de todos nos irá permitir ter uma voz mais forte na sociedade.

- | | |
|---|---|
|  | ASCA – Associação de Surdos do Concelho da Almada |
|  | ASO – Associação de Surdos do Oeste |
|  | ASB – Associação de Surdos de Braga |
|  | ACSDC – Associação da Comunidade Surda Distrito de Coimbra |
|  | ASB – Associação de Surdos de Beja |
|  | ASL – Associação de Surdos de Lisboa |
|  | ASISM – Associação de Surdos da Ilha de São Miguel |
|  | ASCS – Associação de Surdos do Concelho de Sintra |
|  | ASCS – Associação de Surdos do Concelho do Seixal |
|  | ASASM – Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos |
|  | ASPFAM – Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira |
|  | AFOMOS – Associação de Profissionais de Lecionação de Língua Gestual |
|  | AFAS – Associação de Famílias e Amigos dos Surdos |
|  | ANAPI-LG – Associação Nacional e Profissional da Interpretação - Língua Gestual |
|  | ATILGP – Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa |
|  | GIAIS – Gestinesquecível - Associação de Inclusão de Surdos |
|  | LPDS – Liga Portuguesa de Desportos para Surdos |
|  | SurdiSol – União de Familiares e Amigos do Surdo de Viseu |

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

A FPAS continua a articular com os diversos Organismos/Representantes Governamentais nas diferentes áreas de atuação, consciencializando a sociedade, alertando para as barreiras/dificuldades que ainda persistem e procurando criar estratégias de acessibilidade.

Ministério da Justiça

- ❖ Assegurar a gestão/coordenação do Acordo de Cooperação que mantemos com o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, mediante o qual é garantida a disponibilização de Intérpretes de LGP devidamente credenciados para o acompanhamento gratuito dos Cidadãos Surdos nos serviços do sistema de justiça.
- ❖ Promover o esclarecimento sobre o papel do Intérprete/Mediador Surdo no âmbito do Acordo de Cooperação MJ/MTSSS/FPAS.
- ❖ Promover uma ação de reciclagem no âmbito do Acordo de Cooperação MJ/MTSSS/FPAS, para os Intérpretes de LGP que participaram nas ações de formação realizadas anteriormente.
- ❖ Promover uma nova ação de formação para Intérpretes de LGP no âmbito do Acordo de Cooperação MJ/MTSSS/FPAS, de forma a alargar a rede de profissionais devidamente credenciados para efetuar estes serviços.
- ❖ Articular com o Ministério da Justiça/Secretaria-Geral do Ministério da Justiça sobre a gestão do Acordo de Cooperação MJ/MTSSS/FPAS e sobre todas as questões relacionadas com as Pessoas Surdas e respetivas necessidades/dificuldades.

Ministério da Administração Interna

- ❖ Articular com o Ministério da Administração Interna e com a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para fazer a ponte de comunicação sobre todas as questões relacionadas com as Pessoas Surdas e respetivas necessidades/dificuldades.
- ❖ Reforçar a proposta de acordo de cooperação entre a FPAS e o Ministério da Administração Interna, no sentido de assegurar a comunicação das Pessoas Surdas com os serviços sob a sua tutela.
- ❖ Promover um trabalho de articulação conjunta no âmbito das medidas tomadas sobre o serviço de comunicação de emergência para as Pessoas Surdas.
- ❖ Promover ações de sensibilização para os funcionários/técnicos dos serviços sob a tutela do Ministério da Administração Interna, de forma a consciencializar sobre o atendimento das

Pessoas Surdas e sobre a importância da LGP.

Secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

- ❖ Articular com a Secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) para fazer a ponte de comunicação sobre todas as questões relacionadas com as Pessoas Surdas e respetivas necessidades/dificuldades.
- ❖ Trabalhar em articulação com a Secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) no âmbito do projeto de acessibilidade para criação de um serviço centralizado de atendimento em LGP para todos os serviços da Administração Pública.

Serviço de Atendimento no 112 para Cidadãos Surdos (Direção-Nacional da PSP)

O *Serviço de Atendimento no 112 para Cidadãos Surdos* (tutela da Direção-Nacional da Polícia de Segurança Pública) visa dar aos Cidadãos Surdos uma oportunidade de acessibilidade concreta em caso de emergência, uma vez que podem, por meio da aplicação, pedir ajuda através do serviço de atendimento em Língua Gestual Portuguesa (LGP). Esta aplicação permite abrir mensagens rápidas a solicitar intervenção do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (ILGP) e ligar através de videochamada em que um ILGP faz a ponte de comunicação entre os agentes responsáveis do CODU e os cidadãos Surdos. A equipa deste serviço engloba seis ILGP que asseguram o funcionamento deste atendimento acessível vinte e quatro horas por dia sete dias por semana.

Ministério da Saúde | Direção-Geral da Saúde

- ❖ Articular com o Ministério da Saúde para fazer a ponte de comunicação sobre todas as questões relacionadas com as Pessoas Surdas e respetivas necessidades/dificuldades.
- ❖ Reforçar a proposta de acordo de cooperação entre a FPAS e o Ministério da Saúde, mediante o qual são disponibilizados Intérpretes de LGP para acompanhamento gratuito de Cidadãos Surdos nos serviços de saúde públicos.
- ❖ Articular com o Ministério de Saúde sobre a temática dos atestados médicos para a carta de condução e como isto tem afetado gravemente a vida das Pessoas Surdas.
- ❖ Promover ações de sensibilização para os funcionários/técnicos dos serviços sob a tutela do Ministério da Saúde, de forma a consciencializar sobre o atendimento das Pessoas Surdas e sobre a importância da LGP.

- ❖ Articular com a Direção-Geral da Saúde para reforçar a importância de criar um serviço de aviso/informação das Pessoas Surdas em atendimentos/consultas, em que através de uma mensagem escrita se informa a Pessoa Surda da sua vez (incluindo informação sobre gabinete de atendimento/consulta).
- ❖ Articular com o Ministério da Saúde e com a Direção-Geral da Saúde de forma a que possam ser disponibilizados vídeos informativos acessíveis em LGP e com legendas através dos respetivos websites institucionais.

Serviço Acessível dos Cidadãos Surdos à Linha SNS24 (ALTICE/SPMS, EPE)

A gravidade da situação vivida durante a pandemia da COVID-19 reforçou a necessidade urgente de se garantir o acesso dos Cidadãos Surdos aos serviços de saúde, nomeadamente à Linha SNS24 (Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde). Assim, este serviço acessível foi criado com o objetivo de assegurar a acessibilidade dos Cidadãos Surdos à Linha SNS24 (Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde) através de um serviço de atendimento à distância em Língua Gestual Portuguesa (LGP) em que a/o ILGP faz a ponte de comunicação entre os agentes responsáveis do SNS24 e os Cidadãos Surdos (através de videochamada).

Tal como a Linha SNS24 (Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde), este serviço acessível funciona vinte e quatro horas por dia sete dias por semana, de forma ininterrupta. Desde que este projeto acessível está a funcionar, o Cidadão Surdo tem a possibilidade de usufruir deste serviço de interpretação que assegura:

- 1) Acesso ao serviço de triagem, aconselhamento e encaminhamento do SNS24, com contacto com enfermeiros, para qualquer situação de doença não emergente.
- 2) Acesso a interpretação em qualquer contexto de saúde à distância, como consulta médica, internamento, análises e exames médicos, serviços administrativos ou contactos telefónicos com profissionais de saúde.

Ministério da Educação | Direção-Geral do Ensino Superior

- ❖ Articular com o Ministério da Educação e com a Direção-Geral do Ensino Superior para fazer a ponte de comunicação sobre todas as questões relacionadas com as Pessoas Surdas e respetivas necessidades/dificuldades.
- ❖ Articular com o Ministério da Educação e com a Direção-Geral do Ensino Superior de forma a que possam ser disponibilizados vídeos informativos acessíveis em LGP e com legendas através dos respetivos websites institucionais.

Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência

A FPAS continua a integrar e a participar na Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência que, de acordo com o Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 48/2017 de 22 de maio, tem como competências específicas: *a) Propor medidas de desenvolvimento da lei que define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência; b) Propor medidas que promovam a implementação da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; c) Emitir pareceres e recomendações no âmbito da elaboração e monitorização da Estratégia Nacional para a Deficiência; d) Propor medidas que promovam o combate à discriminação em razão da deficiência, bem como a discriminação derivada da intersecção entre deficiência e género; e) Emitir pareceres e recomendações, bem como propor medidas que promovam a inclusão das pessoas com deficiência, designadamente, nas áreas da proteção e respostas sociais, reabilitação, trabalho, emprego e formação, território, acessibilidades físicas e digitais, habitação, transportes, educação, ensino superior e investigação, cultura, turismo, desporto, comunicação social e média.*

Grupo de Trabalho para a Acessibilidade à Televisão para Pessoas com Deficiência

Como se sabe, no seguimento de se ter conseguido levar à Assembleia da República uma petição sobre a acessibilidade dos conteúdos televisivos para as Pessoas Surdas, foi depois aprovada a Resolução da Assembleia da República n.º 111/2018 que recomendou a constituição de um grupo de trabalho para analisar/calendarizar medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos por parte da comunidade surda. A Comissão da Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência propôs que este grupo de trabalho tivesse um público-alvo maior, abrangendo não só as questões do recurso à legendagem e à interpretação por meio de Língua Gestual Portuguesa, mas também a possibilidade de audiodescrição, audiolegendagem ou a outras técnicas que se revelem adequadas, disponibilização de menus de navegação facilmente compreensíveis, preparação e adaptação de conteúdos com vista à sua disponibilização em linguagem fácil (necessidades especiais dos cidadãos com deficiência intelectual, cognitiva ou do espectro do autismo). Após este passo inicial, continua-se a aguardar que este grupo de trabalho continue com os trabalhos de forma a cumprir o que estipulado pela Assembleia da República. A FPAS continua representada neste grupo de trabalho, esperando que no próximo ano se possa avançar com novos passos neste âmbito.

Mecanismo Nacional para a Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD)

O Me-CDPD foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2014, que estabeleceu como principal função a de promover, proteger e monitorizar a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O Me-CDPD é composto por representantes de entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas de cada área de deficiência, estando a FPAS aqui representada e participando nas atividades/reuniões que são realizadas anualmente.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH)

O ODDH visa acompanhar a implementação de políticas para a deficiência em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, assim como promover processos participados de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Favorece a articulação entre ciência, cidadania e inovação, promovendo uma participação ativa das pessoas com deficiência nomeadamente através da presença de pessoas com deficiência individualmente na equipa de trabalho e através das ONGPD presentes no Conselho Consultivo. A FPAS está representada neste Conselho Consultivo, participando nas atividades/reuniões que são realizadas anualmente.

Para além dos organismos governamentais referidos, a FPAS colabora e articula com todas as entidades/organismos governamentais, no sentido de assegurar que as necessidades das Pessoas Surdas são tidas em consideração e que os respetivos direitos são respeitados em todas as áreas da sociedade.

INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, IP

O Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (INR, IP), tem como principal missão *"assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência"* e, nesta medida, deve manter-se em articulação com as Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD). Assim, continuamos a articular com este organismo público no sentido de participar nas iniciativas realizadas e assim dar voz às Pessoas Surdas na luta pelos seus direitos/interesses.

Para além disto, contamos também com a colaboração do INR, IP, no âmbito do apoio financeiro prestado às ONGPD e que nos permite garantir o nosso funcionamento (*Programa Nacional de Apoio Financeiro ao Funcionamento das ONGPD pelo INR, IP*) e o desenvolvimento de projetos a nível nacional (*Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, IP*) mediante a apresentação de candidaturas anuais que são analisadas de acordo com os respetivos regulamentos. Para o próximo ano, a FPAS apresentou três candidaturas ao Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, IP:

- Projeto "Empregabilidade Acessível" (área prioritária do B - empregabilidade e qualificação): O principal objetivo deste projeto será criar mais oportunidades de acesso a formação/experiência e ao mercado de trabalho para os cidadãos surdos, no sentido de se poder desenvolver as suas capacidades e potencializar a sua empregabilidade. Pensamos que, ao criar estas estratégias/ações, estamos a contribuir para derrubar as barreiras ainda existentes no acesso ao emprego e a promover a igualdade de oportunidades.
- Projeto "Saber Mais!" (área prioritária A – inclusão, cidadania e autorrepresentação): Este projeto é uma aposta na valorização das pessoas visando o desenvolvimento da autonomia pessoal e da inclusão na sociedade, através de ações direcionadas sobretudo à comunidade envolvente. A realidade é que cabe a toda a sociedade estarmos mais conscientes da importância dos direitos das pessoas com deficiência, combatendo estereótipos e valorizando o papel de todos enquanto indivíduos ativos/capazes.
- Projeto "Sensibilizando" (área prioritária D - informação e sensibilização da comunidade): Considera-se que o principal objetivo deste projeto é combater a discriminação através da promoção da sensibilização da sociedade, porque é difícil estarmos conscientes de uma realidade que nem sequer conhecemos. Assim, pretende-se que o acesso ao conhecimento promovido por estas atividades chegue ao maior número de pessoas possível, de forma a conseguir-se uma maior abrangência e disseminação da informação.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (ISS, IP)

Continuamos a desenvolver o Protocolo de Cooperação com o ISS, IP, e respetivos serviços de atendimento, fazendo a gestão da disponibilização de Intérpretes de LGP conforme os pedidos que nos chegam por parte dos respetivos serviços do ISS, IP. Estes pedidos são feitos pelos Cidadãos Surdos através de agendamento no formulário online disponibilizado – <http://www.seg-social.pt/marcacao-do-atendimento> – no qual o cidadão preenche os respetivos campos e indica que precisa de ser acompanhado por Intérprete de LGP. De seguida, este pedido é reencaminhado pelo ISS, IP, para a FPAS que verifica a disponibilidade de Intérprete e dá a devida resposta. Por último, será o ISS, IP, a confirmar com o Cidadão Surdo o respetivo pedido de agendamento.

Para além da gestão/articulação deste protocolo de cooperação, continuamos também a fazer a ponte de comunicação no âmbito das barreiras ainda sentidas pelas Pessoas Surdas e quais as possíveis estratégias para dar resposta a essas necessidades/dificuldades.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP (IEFP, IP)

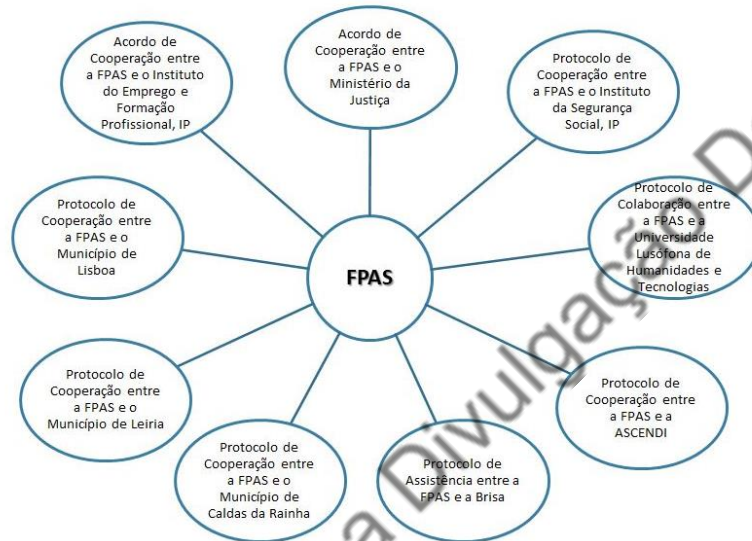
Continuamos a desenvolver o Acordo de Cooperação com o IEFP, IP, que permite assegurar a criação de condições de acessibilidade para as Pessoas Surdas aos serviços de emprego e, designadamente, às medidas e intervenções técnicas de emprego e formação profissional neles disponibilizadas. Com este objetivo principal, a FPAS disponibiliza Intérpretes de LGP para o acompanhamento gratuito de Cidadãos Surdos nas atividades desenvolvidas (atendimentos/sessões de esclarecimento/ações de formação profissional) nas Unidades Orgânicas Locais do IEFP, IP. Estes pedidos de acompanhamento são feitos pelos Cidadãos Surdos ao IEFP, IP, indicando que necessitam de ser acompanhados por Intérprete de LGP. De seguida, este pedido é reencaminhado pelo IEFP, IP, para a FPAS que verifica a disponibilidade de Intérprete e dá a devida resposta. Por último, deverão ser os serviços do IEFP, IP, a confirmar com o Cidadão Surdo a presença de Intérprete de LGP.

Para além da gestão/articulação deste acordo de cooperação, continuamos também a fazer a ponte de comunicação no âmbito das barreiras ainda sentidas pelas Pessoas Surdas e quais as possíveis estratégias para dar resposta a essas necessidades.

PROTOCOLOS | PARCERIAS

Para além da gestão/articulação contínua que fazemos no âmbito dos acordos/protocolos já estabelecidos, continuamos também a procurar novas oportunidades de cooperação/parceria que possam ser uma mais-valia para os direitos e acessibilidade das Pessoas Surdas.

ACORDOS/PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO DA FPAS



ACESSIBILIDADE | COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO

A acessibilidade à informação/comunicação nas diversas áreas de atuação é uma meta fundamental do trabalho da FPAS e, nesse sentido, continuamos a alertar as entidades/organismos competentes para as dificuldades sentidas.

Destacando a acessibilidade aos conteúdos informativos/televisivos, continuaremos a articular com os operadores televisivos, com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), com a Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC), com o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), com a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), entre outras entidades.

A nível das nossas próprias estruturas comunicacionais, continuamos a desenvolver/atualizar o nosso website institucional e a nossa página de facebook, partilhando e divulgando informações relevantes de/para a Comunidade Surda para que chegue ao maior número de pessoas possível (nomeadamente sobre os acordos/protocolos que desenvolvemos, sobre legislação/informação importante, sobre eventos/iniciativas a decorrer, esclarecimento de questões/dúvidas, entre outros assuntos).

CULTURA | ARTE

A cultura e a arte são elementos fundamentais na vida de qualquer pessoa e as Pessoas Surdas não são exceção: é muito importante que se continuem a promover iniciativas/eventos que tenham em conta toda a diversidade cultural/artística existente na Comunidade Surda.

Para além disto, continuaremos a articular com as entidades competentes na área da cultura/arte para que exista uma maior acessibilidade para a Comunidade Surda, na medida em que estas são dimensões da vida ativa de todos os cidadãos.



INTÉRPRETES DE LÍNGUA GESTUAL

Tendo em consideração que a comunicação é um fator fundamental para todas as pessoas, destaca-se o papel importantíssimo do Intérprete de Língua Gestual enquanto profissional que possibilita a comunicação dos Surdos com o mundo ouvinte em diversas dimensões da sociedade.

Este âmbito é também uma parte central do trabalho diário dos serviços da FPAS, uma vez que é feita toda a gestão/nomeação de Intérpretes para assegurar a acessibilidade das Pessoas Surdas aos diferentes serviços públicos/privados que nos são encaminhados (saúde, justiça, atendimentos, entrevistas, formações, reuniões, seminários/eventos/conferências, televisão, entre outras).

Reconhecendo-se o seu papel enquanto instituições representantes destes Profissionais, destacamos também a promoção da articulação com a Associação Nacional e Profissional da Interpretação - Língua Gestual (ANAPI-LG) e com a Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ATILGP).

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Enquanto entidade representativa da Comunidade Surda Portuguesa a nível internacional, a FPAS está filiada na European Union of the Deaf (EUD) e na World Federation of the Deaf (WFD), procurando manter uma forte articulação e colaboração com estas entidades. Desta forma, considera-se uma mais-valia participarmos nos eventos internacionais, sendo esta também uma forma de termos uma voz ativa.

Programa de Financiamento «European Union of the Deaf & Huawei StorySign»

No âmbito deste programa de financiamento (programas de alfabetização de crianças surdas), a FPAS continua a desenvolver o projeto com os principais objetivos de promover uma plataforma/website com conteúdos acessíveis para crianças surdas e familiares, organizar/realizar ações de consciencialização para crianças surdas e suas famílias em articulação com as escolas e, por fim, organizar/realizar um encontro/colónia para crianças surdas e suas famílias. Tudo isto com a meta principal de fortalecer os laços familiares através da riqueza da Língua Gestual e da Cultura/Identidade Surdas.

Projeto "Give me a Sign 2" (CEL – Centro Europeu de Línguas)

Este projeto funciona sob a coordenação do CEL e foi aprovado no âmbito da Ação KA2 do programa Erasmus+, encontrando-se neste momento na segunda fase do projeto "Give me a Sign". Tem como principal objetivo a criação de uma plataforma de aprendizagem digital com materiais de aprendizagem que permitam aos cidadãos surdos de vários países, a possibilidade de aprender outras línguas gestuais de outros países de níveis A1 e A2 (Portuguesa, Turca, Sueca, Austríaca e Britânica). Neste momento a parceria deste projeto é composta por dois parceiros nacionais e por parceiros na Suécia e Turquia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como entidade representativa da Comunidade Surda a nível nacional e internacional, a FPAS mantém o seu trabalho em prol dos direitos/interesses das Pessoas Surdas e para se encontrarem soluções que consigam dar resposta efetiva às dificuldades da Comunidade Surda, eliminando-se as barreiras e dificuldades que ainda persistem.

Promovendo a união entre todo o Movimento Associativo, a FPAS mantém o seu compromisso de trabalho sério, transparente e empenhado de forma a concretizar todos os objetivos a que nos propomos neste documento e dando resposta a todos os desafios que possam surgir. Damos assim início a um novo ano de trabalho, fazendo votos que este seja mais um ano de conquistas para a Comunidade Surda, para o Movimento Associativo Surdo e para a valorização da Língua Gestual Portuguesa (LGP).

A DIREÇÃO



ANEXO I – ORÇAMENTO PREVISIONAL

PORTUGUESA DAS

FEDERAÇÃO

ASSOCIAÇÕES



Proibida a Impressão e a Divulgação Documento

DE SURDOS

Conta	Gastos e Perdas	C
62	Fornecimentos e serviços externos	160 022,38
621	Subcontratos	
622	Trabalhos especializados	118 675,00
6221	Trabalhos especializados	10 712,87
6221	Trabalhos especializados (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	3 000,00
6222	Publicidade	7 500,00
6223	Vigilância e segurança	75,00
6224	Honorários	96 612,13
6226	Conservação e reparação	200,00
6227	Serviços Bancários	75,00
6228	Outros	500,00
623	Materiais	5 649,54
6231	Ferramentas ut. desgaste rápido	350,00
6233	Material de escritório	5 185,00
6233	Material de escritório (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	114,54
624	Energia e fluidos	850,00
6241	Eletricidade	25,00
6241	Eletricidade (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	500,00
6243	Água	25,00
6243	Água (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	300,00
625	Deslocações, estadas e transportes	30 172,84
6251	Deslocações e Estadas	24 172,84
6251	Deslocações e Estadas (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	6 000,00
626	Serviços diversos	4 675,00
6262	Comunicação	1 275,00
6262	Comunicação (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	3 100,00
6263	Seguros	100,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	200,00
63	Gastos com pessoal	192 194,57
632	Remuneração	91 315,63
632/635	Remuneração+Encargos (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	62 066,66
635	Encargos	31 712,28
636	Seguro Acid. Trabalho	1 627,16
636	Seguro Acid. Trabalho (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	472,84
638	Outros gastos com o pessoal	5 000,00
64	Gastos deprec. e amortização	4 500,00
68	Outros gastos e perdas	37 000,00
68	Outros gastos e perdas	12 200,00
	Apoio ao Funcionamento de 2022	24 800,00
68	ACSÁgueda (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com RH	1 600,00
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	800,00
	Material Consumível de Escritório, Material Consumível de Informática e Aquisição de Software informático/Respetivas Licenças	100,00
68	ACSAmadora (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com RH	2 100,00
	Despesas com Transporte nas Deslocações, Alojamento e Alimentação em Território Nacional	300,00
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	1 350,00
	Material Consumível de Escritório, Material Consumível de Informática e Aquisição de Software informático/Respetivas Licenças	250,00
68	APS (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com RH	5 250,00
68	ASAE (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Despesas com Transporte nas Deslocações, Alojamento e Alimentação em Território Nacional	200,00

Conta	Rendimentos e Ganhos	C
	Subsídios à exploração	
72	Prestações e Serviços	174 332,21
	Prestações e Serviços	40 581,42
	PSP - Projeto-Piloto de Atendimento no 112 para Cidadãos Surdos	133 750,79
75	Subsídios Destinados Exploração	169 324,74
	Instituto Nacional para a Reabilitação,IP(Apoio ao Funcionamento 2022)	100 354,04
	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (Projeto: Saber Mais! A)	17 532,63
	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (Projeto: Empregabilidade Acessível B)	12 432,41
	Instituto Nacional para a Reabilitação, IP (Projeto: Sensibilizando D)	22 055,66
	Protocolo de Cooperação com IEF, IP	16 950,00
78	Outros rendimentos e ganhos	50 060,00
	SGMJ - Acordo de Cooperação com Ministério da Justiça	30 000,00
	CML- Subs. Protocolo Serviços Intérpretes LGP	20 000,00
	Outros rendimentos e ganhos	60,00
	Total dos Rendimentos e Ganhos	393 716,95

Anexo Orçamento de Investimentos

1. Edifícios e Outras Construções	
2. Equipamento Básico	
Software	
Computadores	
3. Equipamento de transporte	

A DIREÇÃO

Conta	Gastos e Perdas	€
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	1 200,00
	Material Consumível de Escritório, Material Consumível de Informática e Aquisição de Software informático/Respetivas Licenças	300,00
68	ASGuarda (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com RH	750,00
	Despesas com Transporte nas Deslocações, Alojamento e Alimentação em Território Nacional	200,00
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	650,00
	Material Consumível de Escritório, Material Consumível de Informática e Aquisição de Software informático/Respetivas Licenças	200,00
68	ASGVA (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com RH	125,00
	Despesas com Transporte nas Deslocações, Alojamento e Alimentação em Território Nacional	315,00
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	160,00
	Material Consumível de Escritório, Material Consumível de Informática e Aquisição de Software informático/Respetivas Licenças	150,00
68	ASLC (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	1 350,00
	Material Consumível de Escritório, Material Consumível de Informática e Aquisição de Software informático/Respetivas Licenças	400,00
68	ASP (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com RH	5 250,00
68	ASÉvora (INR,IP - Apoio ao Funcionamento 2022)	
	Encargos com Água, Eletricidade, Comunicações e Alojamento de Sites, Rendas das instalações e Serviços de Contabilidade	1 800,00
	Total dos Gastos e Perdas	393 716,95

Conta	Rendimentos e Ganhos	€
-------	----------------------	---

Proibida a Impressão e a Divulgação Documento